

La'ó Hamutuk

Instituto de Monitorização e Análise do Desenvolvimento de Timor-Leste

Rua Dom Alberto Ricardo, Bebora, Dili, Timor-Leste

Tel: +670-3321040 ou +670-77234330; E-mail: laohamutuk@gmail.com

Website: www.laohamutuk.org



Conferência de Imprensa

Rejeita a adesão à OMC

Timor-Leste deve proteger e promover nossa economia doméstica

Em 26 de fevereiro de 2024, representantes do governo, membros do Parlamento Nacional e o Presidente da República foram a Abu Dhabi, Emirados Árabes Unidos, para participar da 13ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) e assinar o acordo de adesão. Por esse motivo, La'ó Hamutuk gostaria de expressar a nossa posição por meio desta coletiva de imprensa com as seguintes preocupações.

Em 1995, a OMC foi estabelecida como um acordo global para regular o comércio em nível internacional, após a crise do petróleo na década de 1970 e a intensificação da competição entre as nações europeias, Japão e Estados Unidos. A OMC é a organização destinada a expandir as relações de comércio livre entre os países participantes e colabora com instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, para garantir que as nações cumpram esse acordo. Seu principal objetivo é regular e facilitar o comércio internacional entre seus membros por meio de exportações e importações, além de definir políticas para reduzir e eliminar tarifas que possam limitar o comércio livre.

Desde 2016, o Governo de Timor-Leste tem a intenção de aderir à OMC. No entanto, a La'ó Hamutuk não concorda com essa adesão, pois a OMC coloca em perigo a soberania de Timor-Leste, e sabemos que Timor-Leste teria menos controle sobre sua própria política econômica. Todos os membros da OMC devem concordar com regras sobre comércio e investimentos, e nossas leis domésticas também precisariam estar alinhadas com os regulamentos da OMC.

Embora a OMC afirme que promover mercados livres beneficiará todos os países membros, a verdade é que dominar o livre comércio só beneficiará pessoas ricas, grandes nações e grandes empresas que têm dominado o comércio e o investimento mundial. Isso minará os interesses de pessoas, empresas e governos no Sul Global, especialmente pequenas empresas, as quais terão mais dificuldade em competir com outras empresas de países ricos. Também limitará a capacidade de países menos desenvolvidos fortalecerem suas economias e setores produtivos, como agricultura, manufatura e turismo.

Apesar do governo de Timor-Leste continuar a sua afirmação de que priorizará e garantirá o apoio às pequenas empresas do país, a história de outros países membros mostra que, quando um Estado implementa o livre comércio e adere às regras da OMC, as comunidades, especialmente os agricultores, sofrem. Um exemplo é o caso da Índia, onde, em fevereiro de

2024, os agricultores continuaram os seus protestos contra o Governo por este favorecer regulamentações da OMC que os prejudicaram, pois acabava com subsídios que eles necessitavam.¹ Além da Índia, uma comunidade de agricultores de todo o mundo, a La Via Campesina, está protestando por quatro dias (26 a 29 de fevereiro) contra as políticas da OMC, as quais causam e continuarão causando sofrimento aos agricultores, e agravarão a pobreza sistêmica.²

Existem muitas razões pelas quais a OMC não conseguiu forçar os Estados Unidos, a União Europeia e outras nações ricas a acabarem com suas proteções. Embora a OMC se autodenomine “ultrademocrática” porque suas regras são decididas por consenso entre seus países membros, na realidade, as grandes potências têm mais capacidade e influência para impor seus interesses nas discussões da OMC, com delegações maiores e mais experientes nas conferências, enquanto países pequenos só podem enviar grupos reduzidos com pouco conhecimento e experiência.

Os benefícios da OMC são principalmente para países exportadores, economicamente fortes e avançados, assim como para as pessoas ricas nesses países, pois já possuem muita força e recursos para garantir estabilidade no mercado e comércio internacional. Países pequenos e pobres podem exportar quantidades de bens ou matérias-primas para competir nos mercados internacionais, mas, os países que ainda não conseguem competir não se beneficiarão do mercado aberto; eles sofrem mais com as implicações desse livre mercado, pois a competição reduz os preços e aumenta a qualidade, o que pode destruir a produção local e ser desfavorável para pequenos agricultores competirem.

Através das relações públicas internacionais, o Governo de Timor-Leste está confiante de que isto fortalecerá a sua economia tornando-a resiliente, competitiva e sustentável. Acreditamos que é necessário ser mais realista ao tomar uma decisão tão importante que pode sacrificar o nosso país e o nosso povo. A realidade é que a maior parte do crescimento do PIB não petrolífero desde a independência provém de gastos massivos do Estado na construção e administração públicas. Outros sectores, como as telecomunicações, o comércio retalhista, a hotelaria, a propriedade e os transportes, flutuaram, enquanto os sectores produtivos, nomeadamente a agricultura, não registaram mudanças significativas desde 2002. Devido à produtividade doméstica limitada, Timor-Leste continua a depender fortemente de importações de alimentos e bens, totalizando cerca de US\$ 900 milhões por ano, em comparação com exportações de bens não relacionados ao petróleo de apenas US\$ 30 milhões por ano. Essa condição evidencia uma grande deficiência que precisa ser abordada para que Timor-Leste possa se tornar um país competitivo no nível do mercado livre.

Portanto, em vez de aderir à OMC com a esperança de exportar produtos que são, na realidade, muito mínimos, Timor-Leste precisa fortalecer sua capacidade produtiva, reduzindo a dependência de importações e investindo na produção local para atender às necessidades de seu povo – especialmente na agricultura, que é essencial para a vida diária

¹ <https://www.aljazeera.com/news/2024/2/13/india-farmers-march-what-are-their-demands-why-is-govt-blocking-roads>; https://ourworldisnotforsale.net/2024/ICCFM_pre_MC13.pdf

² <https://viacampesina.org/en/free-trade-agreements-are-failed-trade-agreements-an-alternative-is-now-urgent-and-necessary/>

das comunidades rurais e pode também refletir em segurança alimentar, na renda familiar e na nutrição. Devemos aproveitar investimentos estratégicos, como tecnologia importada para criar um ambiente favorável, e o próprio Estado pode fornecer incentivos para desenvolver pequenas indústrias. Dessa forma, podemos fortalecer gradualmente nossa juventude, proporcionar oportunidades de trabalho, reduzir a dependência de importações e garantir verdadeiramente um futuro mais sustentável para o povo de Timor-Leste.

Recomendamos que o IX Governo e o Parlamento Nacional:

- Deem prioridade e apoio financeiro para fortalecer o setor de educação, visando melhorar os recursos humanos e preparando para ingressar no mercado de trabalho no país;
- Priorizem e forneçam apoio financeiro para fortalecer o sistema de saúde e reduzir os altos níveis de má nutrição (*stunting*) no país;
- Priorizem a reparação de sistemas de água limpa, saneamento e infraestrutura básica de qualidade e sustentável para nossa população;
- Priorizem a melhoria dos mercados em Díli e em todos os municípios para um padrão adequado, e apoiem pequenos vendedores para trabalhar em locais seguros e respeitosos, pois desempenham um papel crucial em nossa economia diária;
- Continuem investindo nos setores produtivos para melhorar a oferta sustentável e de qualidade de alimentos para os consumidores e para o mercado;
- Realizem discussões aprofundadas e abertas com todas as entidades, sociedade civil e o público antes de tomar essa ação, que acabará sendo um fardo para os “pequenos”, a fim de evitar sacrificar o futuro de nossa nação de Timor-Leste.

Dili, 27 Fevereiro de 2024

Marta da Silva

Celestino Gusmão

Elizaria Febe Gomes

Charles Scheiner

Mariano Ferreira

Ana Carolina Ramos de Oliveira

Jonathan Gonsalves